

I CONGRESO LATINOAMERICANO DE TEORÍA SOCIAL

¿Por qué la teoría social?

Las posibilidades críticas de los abordajes clásicos, contemporáneos y emergentes

19 al 21 de agosto de 2015

Buenos Aires, Argentina

Mesa 24 – Nuevas teorías políticas y movimientos sociales contemporáneos

Trajetórias de luta e concepções políticas: engajamento e significação social nos movimentos de mulheres rurais no Brasil

Caroline Araújo Bordalo¹

1. Introdução

Este trabalho é parte de minha pesquisa de doutorado que se dedica a investigar as trajetórias dos movimentos de mulheres rurais no Brasil. Ao invés de simplesmente traçarmos um panorama que contemple a emergência destes movimentos, enfatizaremos aqui a análise comparativa como um método de pesquisa fundamental para a compreensão dos processos sócio-históricos que dotam as ações dos diversos movimentos de significação social. Trata-se de ir além do lugar comum que localiza na década de 1980 o aspecto de maior relevância para a sua explicação e lançar luz sobre o tecido social que conforma um repertório e um vocabulário comum de norte a sul do país, mas também importantes distinções.

A pesquisa analisa o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e o Movimento de Mulheres Camponesas a partir da hipótese de que ambos estão inseridos em tradições políticas distintas que revelam formas específicas de diálogo com o Estado. Para tal, analisamos como as relações sociais de sexo, as relações de trabalho e os processos de socialização política conformam estas tradições. Observaremos neste trabalho a trajetória dos movimentos de mulheres rurais no Brasil, considerando-os não como epifenômenos de contradições econômicas e tampouco a partir de uma perspectiva normativa que visa estabelecer graus distintos de “democracia”.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-RJ e docente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca/RJ. Correio eletrônico: carolinebordalo@gmail.com.

O que se convencionou chamar como *mundo rural* parece se referir a um universo cerrado em sua dinâmica própria. Muitas vezes foi e permanece sendo identificado como bucólico, como lugar da tradição e do conservadorismo, ou mesmo do atraso, quase resquício de uma sociedade que caminha a passos largos para a completa urbanização. Evidentemente, este é um olhar urbano sobre uma realidade que está muito além de estereótipos e caricaturas. Como oportunamente nos lembra Maria Ignez Paulilo (2004), o ‘rural’ não foi algo preexistente, mas algo construído no mesmo momento em que se separou campo e cidade. Ele é tão fruto da modernidade quanto as chaminés das fábricas. Pensar estes processos de mobilização no campo sempre nos coloca a necessidade de romper com dicotomias e identificar os processos sociais que, inclusive, engendram estas classificações.

Esta observação preliminar nos parece importante na medida em que buscamos superar a visão em que o campo ou o mundo rural tem como característica fundamental o conservadorismo. A ideia de dois Brasis, de ambigüidades ou hibridismo, de uma combinação entre relações modernas e atrasadas, sempre reserva ao rural um lugar secundário. Para os fins deste trabalho, é de extrema importância a colocação de José de Souza Martins (1981), quando afirma que “a exclusão do camponês do pacto político é o fato que cercará o entendimento da sua ação política”. O autor chama a atenção para os fatores que escamoteiam a ação política dos camponeses assim como para o fato de que não se trata de uma mera exclusão política.

Segundo Martins, a história política do campesinato não pode ser analisada dissociada história das lutas pela “tutela política do campesinato”. Isto é, o olhar sobre o campesinato traz consigo uma leitura específica sobre o seu lugar no processo histórico e na disputa pela sua representação. De acordo com o autor, o protagonismo político do campesinato nunca foi observado, dado que não é dele que se espera qualquer protagonismo. Sobre esse aspecto, afirma que:

É necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês *no* processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a *sua participação nesse processo* – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. (MARTINS, 1981: p.25)

Não obstante, esse impulso organizativo se deu cercado de limites. José de Souza Martins (1981) nos mostra que, mais do que a exclusão no processo político, as disputas que surgiram em torno da representação política dos camponeses acabaram por prolongar sua “ausência” na história política, diminuindo sua relevância². A percepção do campesinato como alheio à política nacional levou, por conseqüência, à conclusão da necessidade de subordinação a outros setores da sociedade, ignorando ou mesmo conferindo pouca importância histórica às lutas e conflitos no campo.

Quando, em 2005, comecei a examinar a literatura sobre os movimentos de mulheres rurais me deparei com os mesmos obstáculos e me surpreendi com a repetição de algumas teses que agora versam sobre as trabalhadoras rurais ou camponesas. Embora haja atualmente uma significativa produção acerca dessas iniciativas, este projeto procura ser um passo para a superação tanto da fragmentação³ presente em muitos dos estudos de caso quanto da articulação generalista destes estudos a determinados contextos políticos como, por exemplo, a década de 1980. Ou seja, pode-se dizer que temos uma reprodução em termos de abordagem em relação ao campo e aos que nele vivem na medida em que sua ação política é evidenciada em momentos onde rompe com a expectativa de passividade e conservadorismo num contexto percebido como mais favorável.

Não se trata de buscar traçar uma “história das mulheres rurais”, mas de tratar de um processo onde estas mulheres estão presentes. E cada vez mais presentes. Parte-se aqui, portanto, da diferenciação entre o que, grosso modo, poderíamos chamar de “a condição social da mulher no campo”, ou seja, de certas características tais como o não acesso ou a dificuldade de acesso à terra ou ainda a divisão sexual do trabalho⁴, dos processos de mobilização e organização articulados às transformações políticas mais amplas.

² Dessa análise decorre a conhecida expressão de Martins: “o camponês nos projetos dos outros”. (MARTINS, 1981, p. 81).

³ Tal fragmentação pode ser compreendida como resultado do recurso às teorias dos “novos movimentos sociais” onde o centro da análise é deslocado das relações sociais de produção e seus antagonismos para a dimensão da cultura e seus conflitos. Em outras palavras, esvazia-se de sentido o conceito *classe social* a favor de uma nova apreensão do fenômeno social o qual deveria ser apreendido por um novo paradigma analítico. Alain Touraine, uma das principais referências teóricas dos Novos Movimentos Sociais, os valoriza na medida em que estes não são expressão apenas dos conflitos de classe, mas de diversas formas de opressão e dominação: “a noção de movimentos sociais deve tomar o lugar da noção de classe social porque não se trata mais de lutar pela direção dos meios de produção e sim pelas finalidades das produções culturais, que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa bem como a defesa dos direitos do homem, o direito à vida dos que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, à livre expressão, à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais.” (Touraine apud Gohn, 1997: p. 152). Assim, o lócus de análise seria a construção de novas identidades, novas sociabilidades, novas práticas democráticas e participativas, valores, diversidade e etc.

⁴ Ainda que estes aspectos componham nossa análise.

Autoras como Anita Brumer (2004) e Maria Ignez Paulilo (1987) tem demonstrado como se constroem as classificações e a hierarquia nas relações de trabalho no campo brasileiro onde a distinção entre trabalho “leve” e trabalho “pesado” incide diretamente na conformação da desigualdade social, política e econômica. O trabalho “leve” relacionado às atividades desempenhadas por mulheres e crianças e o “pesado”, pelos homens. Apontam as autoras que, a distinção entre o trabalho considerado “pesado” e produtivo e o trabalho “leve” realizado pelas mulheres, meramente reprodutivo, não se deve a qualidade do esforço despendido por quem o executa, mas sim pelo sexo.

Tal distinção sexual e social é deflagradora da invisibilidade das atividades realizadas pelas mulheres rurais, tornando-se um duro obstáculo a ser quebrado na luta pelo seu reconhecimento como *trabalhadora*. Ou seja, tanto o caráter irregular e sazonal da sua inserção bem como esta distinção hierarquizada das práticas laborais no meio rural conformam parte significativa da experiência das mulheres rurais. Ambas ressaltam que esta distinção varia de acordo com o sexo do trabalhador e com as condições de exploração da terra em cada região do país, mas é invariável a convicção de que o trabalho feminino (percebido muitas vezes como *ajuda*) é de menor importância e, portanto, não deve ser remunerado da mesma forma. Nesses termos, consideramos que a divisão sexual do trabalho é um elemento importante para nossa análise. Porém, tal importância se dá não apenas no esquadramento das relações de trabalho na região estudada mas, sobretudo, a partir da análise da forma como esse elemento se apresenta nos processos de organização e de construção da legitimidade das pautas apresentadas pelas mulheres rurais.

Esta diferenciação se traduz na adoção de uma perspectiva teórica que busca se afastar da identificação direta entre demanda e constituição de movimentos sociais. A ideia de latência que muitas vezes permeia a literatura sobre os movimentos de mulheres de forma geral obscurece as relações, conflitos e projetos compartilhados no campo político onde estes se inserem. Os conflitos entre movimentos de mulheres e organizações mistas são trazidos somente para justificar a autonomia destes e, em seguida, estabelece-se uma relação imediata com uma opressão e dominação masculina em termos históricos, porém genéricos. Ou seja, traçar a diferenciação entre a condição subordinada da mulher e o impulso organizativo nos ajuda a melhor compreender os caminhos traçados por estas mulheres e o mapa resultante desta caminhada. Ao problematizarmos a associação direta entre a *pauta* explicitada pelo movimento de mulheres e a sua condição social, justificativa máxima de sua existência, chamamos a atenção para o fato de que não é suficiente tratar o engajamento, a adesão e a militância em termos de epifania ou consciência, uma vez que este processo abarca uma

complexidade de relações. Por esse viés, perde-se todo o caminho trilhado por essas mulheres, os reais processos que conferem sentido e significado a esses movimentos em favor de uma perspectiva normativa que visa medir a eficiência destes em operar transformações significativas em termos de conquistas de direitos ou mesmo em uma dimensão individual.

A organização dos trabalhadores rurais, camponeses e os movimentos de mulheres rurais no Brasil

Uma teoria da mudança social que não leva em conta as consequências dinâmicas dos diferenciais de tempo e das opções do passado não pode explicar satisfatoriamente as diferenças societárias do presente nem pode iluminar as potencialidades do futuro. (REIS, 1998: 94)

No Brasil, alguns poucos momentos são vistos como berço de processos democráticos. Recentemente, é a década de 1980 que surge como um período que gerou - e certamente ainda irá gerar - inúmeras reflexões históricas e sociológicas tamanho foi o espectro organizativo no campo e na cidade gerando uma enorme onda de participação e envolvimento a partir de antigas demandas bem como dando margem a criação de tantas outras novas pautas reivindicativas. Como ressalta Paiva (2010), em detrimento da visão negativa dos economistas em relação a este período, do ponto de vista sociológico temos um marco político caracterizado por uma intensa mobilização, emergência de movimentos sociais e reivindicações de diferentes ordens. Num país marcado por uma tradição de exclusão política e de um processo de construção democrática repleto de revezes, a década de 1980 é saudada como um ponto de inflexão onde as possibilidades de ampliação real da participação política e, portanto, de transformações significativas estão no horizonte dos movimentos sociais e organizações populares. Compôs essa nova etapa a reorganização das lutas populares na cidade, organizações de bairro, a atuação de setores da Igreja católica ligados à Teologia da libertação, movimentos étnicos raciais e de mulheres, o sindicalismo urbano e rural, etc.

A distância temporal nos confere vantagem e, olhar para essa década em 2015 nos confirma a necessidade de ir além da constatação de uma efervescência política e compreender essas mudanças num espectro mais amplo. Nesse desiderato, é fundamental situar as expectativas de se alcançar formas mais democráticas no contexto nacional e internacional. Num período de transição para um sistema democrático, mas ainda sob a

ditadura civil-militar, a confluência de iniciativas de organização popular aglutinava setores distintos na medida em que compartilhavam tanto a resistência como o impulso de construção e consolidação de novos rumos para a política nacional.

Internacionalmente, temos os impactos da crise econômica que se inicia em meados da década de 1970 e chega para a maior parte da população na forma de inflação e arrocho salarial. Não será nosso foco nesse trabalho, mas vale apontar que todas essas lutas populares contam com menor referência nas grandes potências socialistas que, neste momento, se encontram em franca decadência. E, na proporção inversa, vimos a ascensão do neoliberalismo. Esses aspectos pontuais nos ajudam a compreender em que terreno se desdobram tais iniciativas dado que não há um conjuntura internacional que as impulsione mas sim um contexto nacional que, repleto de possibilidades e também de muitos limites, forjará as condições para a sua emergência.

Nesse sentido, e se tomarmos em conta a coincidência entre o surgimento e consolidação destes movimentos com a predominância do modelo neoliberal de desenvolvimento, é possível apontarmos para alguns impactos que as políticas de ajustes estruturais geraram. Em primeiro lugar, temos uma transferência dos custos de reprodução do trabalho do Estado para as famílias e, dentro das famílias, do homem para a mulher. Carmem Diana Deere (2002) vê como uma das consequências desse período de crise econômica um dos vetores responsáveis pela expansão dos movimentos de mulheres na medida em que superam a sua base social original de classe média e passa a alcançar movimentos populares⁵.

Outro dado relevante se refere ao expressivo aumento da participação feminina no mercado de trabalho agrícola. De acordo com Maria José Carneiro (1994) entre 1970 e 1982 houve um aumento da ordem de 132,7% da mão-de-obra feminina no campo, enquanto a masculina sofreu um crescimento negativo de 5,4%. A autora destaca ainda a invisibilidade da participação da mulher na produção familiar, o que a exclui das estatísticas sobre a constituição da força de trabalho ocupada na produção de alimentos destinados ao mercado interno. Carneiro (1994) coloca que este cenário é fruto das transformações nas relações de produção na agricultura provocadas pela modernização (mecanização e intensificação da exploração) que, ao expulsar a família de moradores das terras das fazendas, cria as condições para a incorporação da mão-de-obra feminina e infantil. Não apenas amplia-se o mercado de trabalho volante, onde a mulher tem um lugar de destaque, como também é cada vez mais

⁵ De acordo com Deere (2002), o desenvolvimento de movimentos nacionais de mulheres foi largamente estimulado por ONGs que, por sua vez, estavam ligadas à redução do Estado e a mudança para melhorar o status da sociedade civil na década de 1980.

necessário o assalariamento de maior número de membros da família de trabalhadores rurais para garantir o nível de reprodução física e social. Soma-se a essa nova realidade a permanência de padrões de divisão sexual do trabalho que desconsidera o trabalho doméstico e que representa, portando, a estruturação de várias jornadas de trabalho.

É nesse contexto que surgem o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC) em 1983⁶, o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP) em 1985, o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP) em 1983, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) em 1985, Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM/ FETAGRO) em 1985, Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES) em 1986, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e do Sertão Central de Pernambuco em 1986, o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA) em 1987, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE), a articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu em 1989 (AMQCM e atual Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu- MIQCB), e finalmente a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR/CUT) e (CNMTR/CONTAG) em 1995.

De acordo com Navarro (1996), a discussão que teria se instalado naqueles anos era se as mulheres concordavam ou não com a natureza das propostas de luta e da viabilidade de serem tais objetivos alcançados em organizações, como o MST e os sindicatos, uma vez que estes eram amplamente dominados por homens e que, geralmente, compreendiam suas reivindicações necessariamente conformadas pelas reivindicações maiores dos trabalhadores em geral. Segundo o autor, “uma velha questão, portanto, que logo se instalou internamente a estas organizações, estimulando o debate sobre as especificidades das lutas das mulheres, sua prioridade em relação às outras lutas e a necessidade (ou não) de um movimento autônomo”. (NAVARRO, 1996, p. 100) Sobre este aspecto, é interessante observar a associação entre as pautas apontadas pelas mulheres com a noção de *especificidade*, isto é, dizem respeito a uma relação de dominação que é uma *parte* (o conflito de gênero), dado que a *classe* traduz uma relação de totalidade ou uma contradição social fundamental.

Nesses termos, e embora cada movimento organizado possua características próprias em relação às condições sócio-históricas que tornou possível seu surgimento, podemos

⁶ A alteração da nomenclatura de MMA-SC para MMC se deu em 2004. Por não se tratar de uma simples modificação e ser fruto de uma posição política assumida pelo movimento, mais à frente este ponto será desenvolvido.

identificar, a partir da análise da forma como estes movimentos se inserem na dinâmica política das organizações já existentes (como os sindicatos e os movimentos), a relevância de pensá-los a partir da articulação de uma situação local e seu processo sócio-histórico com os movimentos mais gerais da luta pela representação política dos trabalhadores rurais, uma vez que estamos tratando de uma forma muito específica de “política” e de ação política que, naquele momento, se delineia.

Ao contrário, a despeito da multiplicidade das experiências, o que se observa é a articulação com o impulso organizativo mais amplo e que compreendia a renovação da prática sindical, a presença de setores progressistas da Igreja Católica e a emergência de movimentos de luta pela terra. Ou seja, esse “entorno” não pode ser compreendido apenas como cenário geral de onde emerge uma luta específica. Tomá-los dessa forma seria trazer para o campo teórico e analítico uma divisão forjada pelos próprios movimentos no âmbito da luta política.

Os movimentos nas regiões nordeste e sul do país

“Somos gente, somos força, temos que ter igualdade/ E do lado dos homens, transformar a sociedade/ Vamos conquistar o espaço que tem no mundo pra nós/ Chefiar os sindicatos e na política ter voz.” (música, MMTR-Ne, 1990)

Ao observarmos de forma mais detida o processo de consolidação destes movimentos, percebemos que ao mesmo tempo em que é relevante considerar os aspectos em comum e que tornavam possível a construção compartilhada de bandeiras de lutas específicas das mulheres rurais, é a partir de suas principais distinções que podemos encontrar uma chave de explicação sociológica acerca dos posicionamentos tomados nas duas últimas décadas. Se as primeiras iniciativas de organização estadual dessas mulheres nos permitiam tratar de forma mais genérica estes movimentos - os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) - o decorrer da década de 1980 e os anos seguintes trariam à tona diferenciações mais profundas entre estes, alertando para a necessidade de se abdicar de uma abordagem mais abstrata dessa experiência que surgiu concomitantemente em quase todos os estados do país.

Esse processo tem sido apontado de uma forma um tanto linear onde o surgimento dos movimentos de mulheres rurais no início dessa década teriam levado à formação de articulações regionais – o AIMTR-Sul em 1985 (Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da região Sul) e o MMTR-NE (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste) em 1986 - e posteriormente, em 1995, a Articulação Nacional de Mulheres

Trabalhadoras Rurais (ANMTR). Assim, a formação em 2004 do Movimento de Mulheres Camponesas é percebida como um processo de amadurecimento político das trabalhadoras e a mudança da nomenclatura uma estratégia importante na medida em que *camponesa* nesse contexto, e como coloca a definição do próprio movimento, engloba uma gama diversificada de situações:

Somos mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de europeus. Somos a soma da diversidade do nosso país. (MMC, 2004: p.1)

No entanto, este processo é marcado por profundas divergências entre as mulheres do sul e as mulheres do nordeste, presentes desde os primeiros encontros. Nos Anais do 1º Encontro da ANMTR em 1997 é possível apontar que, neste processo de organização das mulheres rurais, os conflitos entre as formas de encaminharem as suas demandas se colocaram de forma visível. Ainda que o objetivo do encontro tenha sido o de constituir um espaço de discussão, elaboração, unificação e encaminhamento das lutas as avaliações dos movimentos presentes⁷ apontam para uma clara divisão.

Destarte, é importante frisar que todo o texto que compõe o documento se alinha às orientações apresentadas pelos movimentos da região sul, frisando as articulações políticas já estabelecidas com outros movimentos sociais e entidades tais como, por exemplo, o MST e a CUT. Apesar de apresentarem suas críticas no que se refere aos conflitos de gênero, ambos são colocados como os interlocutores por excelência das mulheres rurais na discussão sobre a relação entre as lutas de classe e gênero.

A criação da ANMTR não representou a dissolução do MMTR-NE ou ainda a sua vinculação enquanto parte integrante da proposta de articulação nacional que açambarcaria diversos movimentos de mulheres autônomos. Ao contrário, embora tenha surgido a ANMTR, esta representou de fato a convergência dos movimentos anteriormente integrados à AIMTR-Sul. Os demais movimentos adotaram neste momento a posição de estabelecer as

⁷ As organizações presentes foram: Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP), Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR-Sul), Comissão Estadual de Mulheres da Fetaagro- RO, Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste (MMTR-NE), Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES), Centro de Associação de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA), Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR-CUT), Associação de Pequenos Produtores Rurais do Sul de Roraima (APROSUR), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE).

lutas que são unificadoras, tais como desenvolver ações para garantir os direitos conquistados: Previdência, Saúde; desenvolver ações para que sejam garantidos às trabalhadoras rurais os benefícios já conquistados em lei; realizar ações no dia 8 de março e intensificar a Campanha Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

Até os dias de hoje, o MMC segue com maior força na região Sul do país ainda que tenha obtido êxito na ampliação de sua presença nas demais regiões. A pontualidade da aproximação entre os movimentos deveria ter sido mais bem observada desde os primeiros momentos de existência de ambos. Contudo, não seria exagerado dizer que parte dessa inobservância pode ser explicada não apenas pela real importância das mudanças nas condições sociais das mulheres e suas lutas, mas pela lente teórica que privilegiou uma dimensão desse fenômeno por meio dos estudos de gênero. O que chamamos atenção aqui é que são *mulheres*, mas que constroem suas identidades também como *trabalhadoras* e *camponesas*. E, assim sendo, nos perguntamos como descolar a questão de gênero dos processos históricos de organização e representação política dos trabalhadores e, mais especificamente, dos trabalhadores rurais.

Considerando que a classe trabalhadora jamais foi homogênea e que necessita ser compreendida em sua complexidade e diferenciações internas, a pesquisa tem apontado para a necessidade de se analisar isto que aqui estamos chamando de tradições políticas, isto é, formas de ação que se estruturam a partir de uma relação com o Estado e que, de forma dialética, apontam para uma maior ou menor integração, ampliando ou restringindo seu poder de regulação e controle em um dado processo social. No caso brasileiro, os sindicatos rurais e movimentos sociais do campo nos oferecem uma entrada interessante para compreender o delineamento das formas de luta em país que possui índices alarmantes de concentração fundiária e violência no campo. Ao mesmo tempo, conseguimos por meio dos movimentos de mulheres, resgatar sua presença e formas de resistência cotidiana que aos poucos nos explicam a emergência destes movimentos num dado momento da nossa história recente. Dado os limites para a explanação de dados de pesquisa, seguiremos com observações mais gerais mas que nos possibilitam ilustrar nosso argumento.

Nesses termos, ao resgarmos essa distinção entre o MMTR-NE e o MMC, queremos apontar que as relações políticas bem como as concepções que ambos possuem de se fazer política são relevantes para compreender o processo em que estes movimentos estão imersos. Uma vez que essa articulação nacional entre os movimentos de mulheres rurais não ocorreu com a formação da ANMTR e, posteriormente do MMC e, ao contrário, acabaram por reforçar distinções presentes desde os primeiros momentos quando da formação dos

movimentos estaduais, é necessário lançar luz não apenas nas questões específicas relativas às mulheres, mas como tais questões são apropriadas e incorporadas às disputas políticas.

O fato de ambos os movimentos lutarem por um processo de democratização e de promoção da igualdade nas relações entre homens e mulheres não se traduziu em possibilidade de se articular politicamente, unificando esforços nesse sentido. Sem aprofundar a análise sobre este aspecto, Paulilo (2004) expõe essa diferenciação entre os movimentos da região sul e os movimentos da região nordeste, os quais seriam atrelados à estrutura do sindicalismo rural. Na perspectiva da autora, esse seria um aspecto emblemático da subordinação e da pouca autonomia construída por estes movimentos.

De acordo com o que foi citado, o que se depreende é que tais movimentos de mulheres ainda se encontram atrelados ao espectro das grandes disputas entre os movimentos sociais e o movimento sindical como que, de forma irrefletida (ou por falta de clareza em relação à sua luta enquanto mulher e trabalhadora), transpusesse para as lutas das mulheres as articulações políticas já realizadas por ambos.

Neste sentido, caberia ao pesquisador analisar o “maior” ou “menor” grau de autonomia para, então, apontar quais movimentos representariam de fato uma mudança significativa nas relações de gênero na medida em que outros seriam tomados, por oposição, como portadores de uma ação política equívoca. Sob esta ótica, os movimentos de mulheres rurais organizados na região nordeste seriam classificados de acordo com a última definição. Neste caso, tal perspectiva normativa, ao hierarquizar estes movimentos acaba por obscurecer o fenômeno e o processo social que, inclusive, nos permite estabelecer a comparação entre eles. Sobre estas distinções, Paulilo (2004) argumenta que se fundamentam no diferente peso que os movimentos dão às questões de classe ou gênero, ou seja, para a autora o que distancia um movimento de outro é a sua compreensão acerca destes aspectos:

O medo de dividir a luta, derivado da ideia de que existe uma única luta que vale a pena e de que ela tem dono, leva a desencontros entre os diferentes movimentos de mulheres dependendo da ênfase que dão a questões de classe ou gênero. Esses desencontros, porém, são minimizados através de um conceito amplo de “igualdade de gênero” em que cabem muitas desigualdades. O diálogo, então, torna-se mais difícil porque na prática, a aparente homogeneidade dos chamões se desfaz, e o que era diferença aparece como dissidência, dando lugar a recriminações e ressentimentos. (PAULILO, 2004: p. 17)

Ao contrário, consideramos que a articulação política com outros movimentos, entidades e organizações dos movimentos de mulheres nada tem de irrefletido e que, de forma alguma, devem ser analisados como se respondessem às demandas dos movimentos mistos. Como se existisse uma espécie de tutela por parte destes em relação aos movimentos de mulheres e que, ao fim e ao cabo, respondessem às suas demandas no âmbito da disputa política mais ampla. Como exposto anteriormente, a relação entre os movimentos de mulheres e as organizações mistas são complexas, permeada por conflitos, mas também por aproximações, concordâncias e esse será um aspecto explorado em nossa pesquisa.

Para compreender o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste em 1987 é preciso compreender a gama de possibilidades postas para os movimentos independentes de mulheres rurais na década de 1980. Dada a formação de diversos movimentos de mulheres rurais tenta-se, nesse período, criar possibilidades de uma articulação mais ampla, que viabilize ação concreta para além do contexto e das demandas locais de cada estado. Assim, em 1986 é realizado o primeiro encontro nacional de mulheres em Barueri, São Paulo, apoiado pela CUT e pelo MST, com o objetivo de criar uma organização nacional das trabalhadoras rurais. Entretanto, a proposta de participação dos estados do nordeste teria surgido após a viagem de uma liderança do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo da Paraíba para o Rio Grande do Sul.

Com atuação nos nove estados do nordeste, o MMTR-NE possui atualmente uma capilaridade significativa de trabalhos com mulheres rurais, contando com cerca de 450 grupos de base. Cabe aqui pontuar que, mesmo nos grupos de base, não há mulheres que pertençam à outros movimentos de mulheres que não aos MMTRs de cada estado ou aos sindicatos ligados às respectivas federações. Na própria estrutura organizativa do movimento é possível identificar a influência da relação com os sindicatos seja pelo fato de que todas as dezoito dirigentes ocupam cargos nos sindicatos, ou ainda na própria estrutura do movimento que possui além duas dirigentes e cerca de 20 sócias em cada estado. Em julho deste ano, foi realizada na Câmara de Vereadores de Caruaru uma oficina do Fórum Itinerante e Paralelo da Previdência Social, com a participação de 85 mulheres rurais do sertão do estado. Todas filiadas à sindicatos.

Todo esse entrelaçamento presente na composição do MMTR-NE nos aponta para a impossibilidade de compreender qualquer “movimento” fora de um campo de relações que fazem parte tanto do seu histórico como corresponde à uma determinada experiência social. E se atualmente podemos falar de duas grandes articulações de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e o Movimento de

Mulheres Camponesas, devemos nos perguntar quais são suas interseções e quais distinções mais profundas inviabilizam uma iniciativa que, em meados da década de 80, esboçou a proposta de uma articulação nacional de mulheres rurais. Quando em 1995 surge a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, alguns momentos pontuais uniram o MMTR-NE e a AIMTR- Sul como, por exemplo, numa massiva campanha de documentação da mulher trabalhadora rural. Entretanto, cada articulação regional possuía e ainda possui uma dinâmica própria de atuação e não uma mínima diretriz conjunta que retomasse o projeto anterior. É significativo o fato de desde o início da década de 1990 a proposta de uma única articulação sequer aparecer na pauta dos movimentos e por volta de 1995 a oposição à AIMTR-Sul tornar-se clara nos relatórios do MMTR-NE.

Conclusão

Desse modo, conclui-se que fato de se constituir como um movimento independente, não fez com que fosse possível uma articulação com a AIMTR-Sul, tampouco com o MMC. Não é o fato de considerar importante ter um espaço composto somente por mulheres para se tratar das “questões específicas das mulheres rurais” que torna possível a articulação entre os diferentes movimentos. Nesses termos, o que a análise do MMTR-NE vem demonstrar é que é na relação com o sindicalismo rural (sobretudo a partir das influências de uma federação como a Fetape) que sua ação política é dotada de sentido. O que buscamos apontar pode ser sintetizado nestes pontos: *i*) a dicotomia novos/velhos movimentos nos limita na compreensão das relações entre movimentos sociais mistos, movimentos de mulheres rurais, o movimento sindical rural e demais organizações atuantes neste contexto; *ii*) para além dos discursos dos movimentos de mulheres rurais, as relações estabelecidas entre espaços de participação e representação distintos tanto quando do seu surgimento quanto de sua consolidação, conformaram concepções de política (que aqui não será tomada simplesmente como uma questão de expressão máxima da racionalidade dos indivíduos mas como uma dimensão complexa que envolve posicionamentos e experiências históricas de grupos e indivíduos) diferenciadas; *iii*) se a relação estabelecida entre movimentos autônomos e movimentos mistos envolvem uma tentativa de controle por parte dos últimos, numa tentativa de tutela tal como observam Paulilo (2004) e Carneiro (2004), devemos também observar em que medida esta noção de tutela não é influenciada por uma expectativa externa à experiência destes movimentos.

Acreditamos que, após mais de três décadas de organização, reduzir esta relação a uma subordinação dos movimentos de mulheres nos impede de perceber seus questionamentos, as tensões inerentes a essas relações e que podem configurar mudanças significativas em determinados contextos, o processo de socialização política e de adesão a formas específicas de se inserir nas disputas pela representação política das trabalhadoras rurais. Se a década de 1980 representou um momento de inflexão para as organizações do campo brasileiro em termos de pautas e formas de reivindicação, dissociá-las das formas “clássicas” (como os partidos ou sindicatos) nos parece um equívoco e em grande medida o retrato de um período bem marcado de interpretação da academia em relação ao fenômeno da organização das mulheres rurais.

Se considerarmos os últimos anos, esta problemática tem se apresentado de forma mais evidente. A preponderância da categoria gênero nos estudos de movimentos de mulheres que marca boa parte significativa dos estudos sobre estes movimentos tem sido questionada no sentido de trazer para análise outras questões. Longe de ser um processo linear, a emergência dos movimentos de mulheres expressa a diversidade de experiências cuja heterogeneidade nos impossibilita qualquer generalização *a priori* acerca de suas origens e causas primeiras. Por esta razão, somos sempre obrigados a “abrir parênteses e explicar subcategorias” (SOUZA-LOBO, 2011). O que apontamos aqui de forma bem breve é a necessidade de se compreender que estes movimentos são formados por mulheres que se identificam também como trabalhadoras rurais ou camponesas e que estas categorias são sociologicamente fundamentais para compreendermos o fenômeno de sua emergência na década de 1980 de forma articulada às experiências anteriores de mobilização e de formas de organização que não podem ser descartadas ou simplesmente qualificadas como “velhas”. Não podemos simplesmente abstrair este elemento: sua luta se inicia e constrói pelo seu reconhecimento enquanto *trabalhadora*. De norte a sul do país, esta foi uma bandeira comum e de um enorme significado em termos de construção de uma identidade laboral quanto de sua representatividade política. Lutar para serem reconhecidas como “trabalhadoras” era também questionar o processo de reprodução da invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres, além de expor de forma mais evidente a condição particular e as características do trabalho realizado pela mulher no meio rural. Tanto como trabalhadoras sazonais quanto como trabalhadoras em sua própria unidade produtiva, o reconhecimento destas questões acaba por trazer à tona uma visão oposta à concepção mais idealizada e harmônica acerca da família. É neste sentido que a politização da esfera privada no âmbito rural passa a compor a pauta de reivindicações dessas mulheres. Mas este é um processo lento, e o fundamental é termos em

consideração que a reivindicação que “toma” praticamente toda a década de 1980 é o reconhecimento como trabalhadora rural pelos sindicatos, pelo direito de associação e como meio de acesso a direitos.

Por fim, chamamos a atenção para a necessidade de compreendermos tais movimentos em sua complexidade no que concerne não apenas às suas demandas mais evidentes em torno da questão de gênero, mas, também no tocante à sua representação política enquanto trabalhadoras. Nesse sentido, aliado à observância da construção das suas pautas, nos interessa investigar as conexões que tornaram possível seu surgimento e a sua consolidação ao longo desses anos. Pois, se neste primeiro momento os movimentos investiram esforços em dois objetivos centrais – a construção dos movimentos enquanto espaço legítimo de organização e o direito de sindicalização – a partir de então, os movimentos de mulheres tomarão caminhos distintos. Se, como apontam Deere e León (2002), a organização das trabalhadoras rurais no Brasil se inicia dentro do movimento sindical exigindo os benefícios associados à condição de membro, o surgimento de movimentos independentes representou uma nova face da mobilização das mulheres no meio rural. A novidade trazida por eles se traduz exatamente por atuarem incisivamente na conformação da mulher rural como “sujeito político”, fortalecendo suas demandas e suas práticas políticas. Se podemos traçar semelhanças nessas experiências levadas a cabo de norte a sul do país, o fato de a literatura que se dedica a compreender tais movimentos ter abstraído os caminhos da socialização política que tornaram possíveis essas iniciativas acabou por dar contornos demasiadamente gerais sobre esse processo de organização das mulheres. A “independência” ou “autonomia” destes movimentos precisa ser mais bem observada, pois não possuem uma única face.

1. Referências bibliográficas

BORDALO, Caroline A. *Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco*. Dissertação de mestrado. CPDA UFRRJ, 2011.

_____. *Sindicalismo rural e movimentos sociais: um estudo a partir do processo de formação do Movimento de Mulheres Camponesas*. Monografia de Conclusão do Curso de Ciências Sociais. UFF, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRINGEL, Breno. ECHART, Enara. *Movimentos Sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”*. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 457-475, Set./Dez. 2008.

CAPPELIN, Paola. *Atrás das Práticas: o perfil das sindicalistas*. Paper apresentado no XVIII Encontro da ANPOCS. Caxambu, 1994.

_____. *Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste 1976-1986*. UFPB: Fundação Carlos Chagas, 1987.

CARNEIRO, M. J. *Mulheres no campo: notas sobre a participação política e a condição de gênero*. Estudos Sociedade e Agricultura, CPDA/UFRRJ, 1994.

CARNEIRO, Maria José e LEVINAS, Lena. *Espaço adquirido / espaço permitido no contexto da Reforma agrária*. Relatório do 12º Encontro Temático – APIPSA. Campinas, 1987.

DEERE, Carmem Diana. *Os direitos das mulheres à terra e os movimentos sociais na reforma agrária brasileira*. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

DÉLOYE, Yves. *Sociologia histórica do político*. São Paulo: EDUSC, 1999.

FRASER, Nancy. *O Feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009

GASPARETO, Sirlei A. K. MENEZES, Marilda A. *As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina*. In: Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Organizadoras). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. “Estudos de gênero no Brasil”, in: MICELI, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

HIRATA, Helena. *Globalização e divisão sexual do trabalho*. Cadernos Pagu (17/18) 2001/02: pp.139-156.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1981.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes. 2001.

KERGOAT, Danièle. *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais*. Novos estudos. - CEBRAP Nº 86 São Paulo Mar. 2010.

PAULILO, Maria Ignez Paulilo. *Movimento de Mulheres agricultoras: terra e matrimônio*. PPGSP/UFSC, Cadernos de Pesquisa, nº. 21, Junho 2000.

_____. *Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise*. Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

_____. PAULILO, Maria Ignez. *Movimentos de mulheres agricultoras e empoderamento no Brasil*. (2007). Mimeo.

_____. *Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt*. Mimeo.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005.

_____. *A cidadã paradoxal*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SALES, Celecina de Maria Veras. *Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos*. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2): 240, maio-agosto/2007.

SALVARO, Giovana Ilka. LAGO, Mara Coelho de S. WOLFF, Cristina S. *Mulheres agricultoras e mulheres camponesas: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades*. 2010: Psicologia & Sociedade, 25(1), 79-89.

SANTOS, Roselí Alves. *A participação política das mulheres agricultoras nas organizações populares e sindicais no sudoeste do Paraná*. Geo UERJ - Ano 12, nº. 21, v. 2, 2º semestre de 2010.

SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil para análise histórica*. Recife: mimeo. 1991

SIQUEIRA, Deis e BANDEIRA, Lourdes. *Mulheres e relações de gênero no sindicalismo rural brasileiro*. Brasília: Série Sociológica Nº 153, 1998.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. “O trabalho como linguagem: o gênero no trabalho. BIB, Rio de Janeiro, n. 31, pp. 7-16, 1.” sem estre de 1991.

São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

SHAAF, Alie Van Der. *Jeito de mulher rural: a luta por direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 412-442.